



Embaixador Richard Melton se disse "perplexo" com as denúncias

Exército silencia sobre relatos

Surpreendido com o vazamento das informações sigilosas levadas à Câmara dos Deputados por dois generais-de-brigada, o Ministério do Exército não confirmou, nem desmentiu, os relatos sobre a movimentação das Forças Armadas dos Estados Unidos em toda a região da fronteira amazônica. "Não temos o que acrescentar ou contestar. Para nós, o que foi dito numa sessão secreta continua secreto", resumiu, lacônico, o chefe do centro de Comunicação Social do Exército, general Gilberto Serra. O QG do Exército evitou até

mesmo divulgar nota oficial sobre a suposta intenção do governo norte-americano de instalar bases militares em países vizinhos ao Brasil. O general Serra reconheceu que a pedido dos generais Ciro Lumbuzeiro e Carlos Uchoa, que falaram anteontem na Comissão de Defesa Nacional, a sessão com os parlamentares foi considerada de caráter reservado. "Nossos generais foram convidados e a sessão foi transformada em secreta por votação dos próprios deputados", justificou o general, para se esquivar do assunto.

Ministro explica função do Sivam

ZENAIDE AZEREDO

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Lélcio Viana Lobo, tentou descaracterizar ontem a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) com a presença norte-americana na fronteira. Anteontem, na Comissão de Defesa Nacional da Câmara dois generais do Estado-Maior do Exército anunciaram sua preocupação com a instalação de bases militares dos EUA em vários países fronteiriços, como Colômbia, Venezuela e Guiana.

Durante mais de uma hora o ministro da Aeronáutica tentou convencer cerca de 30 jornalistas para a justeza da tese de que o sistema de proteção da Amazônia está presente nos planejamentos da Aeronáutica desde 1968. Naquele ano, a Força começou a viabilizar o primeiro Dacta — Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo, no quadrilátero Brasília/Rio/São Paulo/Belo Horizonte.

Embora dispense licitação, por determinação do Conselho de Defesa Nacional, o Sivam não será direcionado para missões de defesa, garantiu ontem o ministro Lélcio. Ele justificou a atual priori-

zação no controle e proteção da Região Amazônica, na avaliação "de determinados elementos conjunturais ilícitos", como: contrabando, narcotráfico, garimpo e instalação de pistas de pouso clandestinas, queimadas e desflorestamentos, dentre outros.

Questionado sobre o paradoxo existente no fato dos equipamentos do Sivam — radares, sensores — virem a ser comprados sem licitação por questões de segurança nacional, apesar de não serem direcionados para a defesa, o ministro observou: "Não podemos montar um sistema que não seja do conhecimento de todos. É como colocar o segredo do dispositivo de um carro pregado no para-brisa, para que todos o vejam", comparou.

Para comprovar que o Sivam, com seus 17 radares, cinco dos quais em fase de instalação, não deve ser relacionado às tropas norte-americanas posicionadas ao longo da fronteira, o ministro mandou distribuir uma exposição de motivos de 24 de setembro de 1990. Ali, já se propunha a criação de um sistema de vigilância da Amazônia. Segundo o ministro,

naquele ocasião, o ex-presidente Collor aprovou o projeto, que, só agora, no entanto, pode ser viabilizado, por ter a Aeronáutica encerrado a fase de estudos.

Apesar de todos os argumentos apresentados visando a descaracterização o Sivam das bases americanas e de um processo de militarização da Amazônia, o ministro expôs a sua inquietação com a Amazônia: "O Ministério da Aeronáutica tem uma preocupação grande com o avanço da civilização na Amazônia. Nossa preocupação é fazer com que ela esteja integrada à realidade brasileira e não seja um apêndice no País. Ela deve ser trabalhada e vivida dentro do contexto nacional", assegurou o ministro.

Ele descartou que a dispensa da licitação possa favorecer a empresa francesa Thomson, responsável pela instalação dos sistemas Dacta I (Centro), Dacta II (Sul) e Dacta III (Nordeste). Entretanto, admitiu que o novo sistema terá que se interligar aos demais já instalados no País. Os Dacta I, II e III custaram cerca de US\$ 2 bilhões, enquanto o Sivam (Vigilância na Amazônia) está orçado em US\$ 800 milhões.

21

14

Países vizinhos negam instalações militares

A notícia de que o governo dos Estados Unidos estaria preparando a instalação de bases militares em países da Amazônia agitou o meio diplomático.

O embaixador da Bolívia, Angel Zamier, negou ontem que seu país tivesse interesse em patrocinar a instalação de uma base norte-americana. "Há um grande equívoco. Não temos nem tropas americanas na Bolívia", afirmou Zamier. Segundo ele, a presença de militares dos EUA na Bolívia se limita a alguns assessores para treinamento no combate ao narcotráfico. O embaixador contou também que, há dois anos, militares norte-americanos ajudaram a construir um aeroporto civil na localidade de Pando, próxima à fronteira com o Brasil.

Acompanhando com atenção as manobras das Forças Armadas dos EUA na Guiana, o embaixador da Venezuela, Sebastian Alegrett, também assegurou que seu país não pensa em permitir a instalação de bases militares estrangeiras em seu território. "Para mim, até agora são especulações da imprensa. Não recebi nenhuma comunicação ofi-

cial do governo brasileiro pedindo informações sobre esse assunto", disse o embaixador. Ele fez questão de ressaltar que o governo venezuelano observa com "interesse e preocupação" as manobras militares. Procurada para falar sobre a atuação das Forças Armadas dos Estados Unidos em seu território, a embaixada da Guiana não quis se pronunciar. Um integrante da representação guianense informou que o assunto só poderá ser tratado na segunda-feira.

Alguns diplomatas reagiram com ironia diante da denúncia das crescentes manobras militares de norte-americanos na região amazônica. Um dos motivos de chacota foi a informação de que os EUA estariam instalando uma base militar em Barranquilla, na Colômbia, que fica no litoral do mar do Caribe, fora da "vulnerável região amazônica". Um embaixador chegou a dizer que compreendia os reais motivos de preocupação dos oficiais brasileiros. "Eles estão precisando de recursos para controlar e vigiar a fronteira amazônica e por isso aumentam as coisas", avaliou o diplomata.

SAE coordenará compra de radares

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) vai coordenar a compra de 12 radares bidimensionais, compatíveis com os sistemas Dacta I, Dacta II e III, para fiscalizar a Amazônia, o que vai permitir a instalação de quase 20 radares dentro do programa aprovado no Conselho de Defesa Nacional. Além disso, três radares móveis estão sendo deslocados, em caráter emergencial, para a região, que conta

com apenas três equipamentos primários para cobrir uma extensão correspondente a 60% do território nacional e que conserva um terço das florestas tropicais do mundo. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Lélío Lobo, admitiu ontem que "é extremamente frágil" o sistema de vigilância montado pelos militares na Amazônia. "Nós estamos com a responsabilidade de fazer alguma coisa", disse o ministro.

Conselho de Defesa é regulamentado

Ao regulamentar ontem o Conselho de Defesa Nacional, o presidente Itamar Franco determinou que entre suas competências insere-se o estabelecimento de critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional. O conselho deverá opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais.

O decreto presidencial saiu publicado no Diário Oficial da União que circulou ontem. Somente no capítulo destinado às competências do Conselho de Defesa Nacional a palavra fronteira saiu publicada três vezes: a primeira, na utilização do uso das áreas situadas na faixa; a segunda vez, para referir-se à ocupação e à integração das áreas na faixa de fronteira, e a terceira para relacionar o Conselho de Defesa Nacional com o responsável "pela segurança da fronteira terrestre, do mar territorial e da zona econômica exclusiva, do espaço aéreo e de outras áreas indispensáveis à defesa do território nacional".

Caberá ainda ao Conselho de Defesa Nacional definir-se sobre a exploração dos recursos naturais e sobre o controle dos materiais relevantes para a defesa nacional.

Todas as ações do conselho, inclusive quando opinar sobre declaração de guerra ou sobre estado de sítio e intervenção federal deverão estar "fundamentadas no estudo e no acompanhamento dos assuntos de interesse da independência nacional e da defesa do estado democrático".

Além do Presidente da República, compõem o Conselho de Defesa Nacional os presidentes da Câmara e do Senado, os ministros militares, da Justiça, das Relações Exteriores e do Planejamento. O chefe da SAE é o secretário-executivo do conselho. (Z. A.)

Relações permanecem normais

As notícias publicadas nos últimos dias por jornais brasileiros sobre atividades das Forças Armadas norte-americanas em países vizinhos, na região amazônica, não contaminaram as relações entre Brasil e Estados Unidos, na opinião de funcionários do Itamaraty. Eles não sabem explicar o motivo da celexuma em torno do assunto, lembrando que todas as manobras militares dos EUA na região são comunicadas com antecedência ao Ministério das Relações Exteriores e às Forças Armadas do País, através dos adidos militares brasileiros localizados nos países em que são realizadas as manobras.

As notícias sobre bases norte-americanas na Colômbia levaram, anteontem, o embaixador daquele país, Guilherme Alberto Gonzalez, a desmentir essas informações, num encontro que manteve com o chanceler interino, embaixador Celso Amorim. Segundo ele, o Parlamento e o povo colombiano jamais aceitariam tal iniciativa. Ele informou, também, que seu país será mesmo visitado brevemente pelo novo diretor da DEA (o organismo de combate às drogas nos EUA), mas sozinho. Algumas versões de que o funcionário americano visitaria a Colômbia acompanhado de vários peritos para realizar o monitoramento do tráfico de drogas junto à fronteira com o Brasil causaram preocupação entre oficiais das Forças Armadas brasileiras.

O relacionamento entre Brasil e EUA, embora com vários contenciosos de natureza econômica e comercial, é qualificado como normal, por vários diplomatas brasileiros. Altos funcionários do Itamaraty e do Departamento de Estado norte-americano vão encontrar-se, quarta e quinta-feira da próxima semana, em Brasília, na reunião anual de coordenação de planejamento político entre os dois países.

A questão da fronteira poderá vir a ser colocada circunstancialmente, mas o objetivo do encontro e tra-



Arquivo
Amorim ouviu os desmentidos

tar de temas de natureza mais abrangente e estratégica, para o conhecimento mútuo de posições dos dois governos. Entre os assuntos estão a situação econômica e política de Cuba, o quadro em Angola, o Mercosul, a Rodada Uruguai do acordo geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a situação na ex-Iugoslávia.

A questão amazônica surgiu duas vezes, esta semana: a primeira, na reunião do Conselho de Defesa Nacional e a segunda, em sessão da Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, realizada anteontem. Nas duas ocasiões, representantes das Forças Armadas teriam manifestado preocupação com a vulnerabilidade da região Amazônica e a crescente presença militar norte-americana nos países que têm fronteira com o Brasil na área.

Segundo os militares, as forças armadas norte-americanas estariam formando um cinturão em volta do Brasil, com a instalação de bases militares dotadas de recursos tecnológicos altamente avançados, na Colômbia, Guiana, Venezuela. Também teriam instalado radares e construído pistas de pouso nesses países vizinhos do Brasil, inclusive um aeroporto de grande porte na selva amazônica colombiana.